

**O Senhor é provavelmente o brasileiro que acompanha há mais tempo as atividades da Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) e da Associação Mundial de Jornais (WAN). Neste momento em que ocorrem proximamente eventos das duas entidades e a imprensa no mundo inteiro enfrenta grades desafios, gostaríamos que o Senhor abordasse a evolução e o papel de ambas e a situação da mídia. Pediríamos que começasse pela SIP. Como foi a reunião de Buenos Aires, o que ela teve de diferente, no que ela reflete a evolução recente da imprensa latino-americana.**

A SIP é uma entidade consagrada pela constante defesa pela liberdade de imprensa e de expressão, e nesse sentido ela é, incontestavelmente, o organismo líder aqui do nosso hemisfério. De algum tempo para cá, a SIP tem dado mais atenção, também, aos seus seminários, à parte de treinamento, à parte de preparação dos profissionais para, inclusive, fazer um certo *aggiornamento* com essa necessidade inarredável que é decorrência do novo mundo digital. Mas, nesse encontro de Buenos Aires, com aspectos relevantes, houve, inclusive, a circunstância de um momento em que na Argentina, onde também o governo daquele país conseguiu aprovar no Congresso uma nova lei de meios, em que fica muito patente a pressão circunstancial do governo argentino para enfraquecer os meios de comunicação, que nós podemos chamar de operados pela iniciativa privada.

**No caso da Argentina, essa lei parece que tinha um endereço tão certo, um objetivo tão claro, muito dirigido em cima de uma determinada empresa, não é?**

Ela foca muito o *Clarín*, que é uma empresa que tem uma posição muito sólida no mercado argentino, de décadas de trabalho e de conquista de interesse da sociedade na sua audiência, na qualidade do seu produto, e que nos últimos tempos tem agido de uma forma que descontenta a presidenta (Cristina) Kirchner, e também o seu marido, o ex-presidente Nestor Kirchner. Essa posição foi fazendo com que aqueles fatores que nós conhecemos e que são os que se chamam de censura sutil, que são as pressões do governo junto ao ambiente da economia, a distribuição inadequada das verbas de publicidade, algumas coisas tremendamente afrontosas como aquele episódio incomparável - nunca se viu uma coisa desse tipo - de desembarcarem duzentos fiscais da Receita Federal argentina em cima de um jornal para fazer fiscalizações. Isso não tem paralelo! Então, nós sabemos que uma imprensa que procura se posicionar para, efetivamente, informar pode criar embaraços para um governo que não deseja ser transparente. Isso não é uma parte "contada" da Argentina, nós sabemos muito bem, nós estamos vivendo nesses últimos anos uma tendência nesse sentido, a partir de um governo populista que se afasta da democracia - como é o governo de Hugo Chávez, da Venezuela -, e que a partir dessa sua visão, que ele chamou de bolivariana, está cooptando algumas outras nações sul-americanas e centro-americanas.

**Qual a análise que o Senhor faz desse fenômeno, dessa onda antiliberdade de imprensa que está havendo na América Latina? O que move todos esses governos, Venezuela, Equador - em que a situação é impressionante também, a proposta de legislação deles de controle dos meios de comunicação, a Bolívia? Como o senhor analisa o que estaria levando esses governos todos a irem nessa mesma direção autoritária?**

Acredito que é sempre uma grande dificuldade de quem está no governo, de quem está no poder de aceitar as críticas, que são conduzidas pelos meios de comunicação. Isso não é apenas desses governos que nós estamos falando. Agora mesmo, eu vi mais um episódio entre o governo Obama e uma rede de televisão americana, a Fox News, que, segundo o atual governo norte-americano, faz o jogo do Partido Republicano. Bem, há sempre algumas verdades nessas colocações, tanto no que diz respeito ao Senhor Hugo Chávez quanto a Obama, ou nos ambientes europeus. O que há é que muitos veículos têm, realmente, na sua linha editorial uma posição que é declarada, que é aberta. Em alguns casos, essas posições acabam interferindo na posição jornalística, o que, absolutamente, é ruim e não deve acontecer. A posição perfeita da cobertura jornalística, nós sabemos que não existe, nós sabemos também, com muito mais clareza, é que é muito melhor para a sociedade que exista essa diversidade de fontes de informação, ainda que algumas delas se relacionando mais acentuadamente para um sentido ideológico ou outro do que a informação controlada pelo Estado. Esse é o ponto relevante! Nós já temos experiência nesse sentido. Os regimes autocráticos, ou os regimes teocráticos, nos quais não há liberdade de expressão, sabemos o que isso representa para a sociedade. A sociedade não consegue se expressar!

**Voltando ao assunto da SIP...**

Então, a SIP aconteceu nesse ambiente, e ainda com uma desordem circunstancial, que não sei se foi intencional ou não, de uma greve do Sindicato dos Caminhoneiros, que bloqueou os parques gráficos do *Clarín* e do *La Nación*, impedindo que os jornais saíssem desses locais por várias horas. Isso tem uma outra conotação, que também é particular da Argentina, mas que de uma ou de outra forma acontece nas outras sociedades. No momento em que os elementos que dão a tônica da democracia, ou seja, o respeito aos três poderes - que são, reconhecidamente, os pilares da democracia: o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, os seus estamentos legais

perfeitamente definidos - quando há essas expulsões, quando há essas confusões a democracia sofre. E na Argentina, os chamados *piqueteros*, ou, os *paneleros* - que são aqueles movimentos que, de certa forma, foram estimulados lá no peronismo, lá atrás, e agora pelo do casal Kirchner, começam a ficar fora de controle e acabam prejudicando os interesses gerais da sociedade. Nós aqui temos algumas coisas, também, nesse sentido. Nós vemos que alguns movimentos sociais estão transcendendo a sua exteriorização social e passando a agredir os direitos de cada segmento da sociedade.

**Como empresário do setor jornalístico no Brasil, o Senhor passou por vários momentos históricos. O Senhor chegou à RBS, com seu irmão, ainda no final de um período democrático, atravessou todo o regime autoritário, voltou a atuar sob um regime democrático, e parecia que, na década de 90, tanto no Brasil quanto na América Latina, a democracia estava consolidada e era irreversível. Agora, assiste-se a várias manifestações autoritárias que são preocupantes, não é?**

Muito preocupantes! E aproveito este gancho porque, realmente, ao ter tido a possibilidade de fazer as comparações - e, ao longo de minha vida, eu as tive, - eu percebi as diferenças incríveis, e que a sociedade tem que lutar para que não voltem a acontecer. Eu lembro que durante o período ditatorial, o nosso, quem tratou de nos ajudar foram as entidades associativas internacionais, a SIP, a Associação Mundial de Jornais, a WAN - na época se chamada Federação Internacional de Editores de Jornais - porque nós não tínhamos condições de fazer isso internamente. Aqui, nós estávamos sufocados. Não tínhamos condições sequer de nos organizarmos internamente. A ANJ nasceu, já um pouco depois, ao fim desse período. Então, é com a experiência de quem já passou por isso, com a maior tranquilidade, que eu asseguro a você: com as dificuldades e até com os defeitos - que nós os temos, é importante que a gente aceite e trate de corrigi-los - é melhor que a gente conviva com a liberdade de expressão. É preferível a liberdade de imprensa operada por vários instrumentos, por vários indivíduos, do que exclusivamente pelo Estado.

**Lá na Assembléia da SIP, a ANJ tomou a iniciativa - por meio da presidente Judith - de subscrever a Declaração de Hamburgo. O senhor tem conhecimento desse documento?**

Não só tenho conhecimento como achei muito oportuna a decisão da ANJ, como tem sido de muitas outras entidades, de apoiar, de endossar aquela Declaração. Mas aí entro num assunto que diz respeito mais a nossa modernidade, à modernidade do mundo digital.

**Pois é, eu gostaria, agora, de mudar um pouco a temática da entrevista ainda sobre as entidades internacionais e sua experiência, esse é um assunto que a WAN tem tratado com muita frequência - pois também ela a subscreveu -, e gostaria de ouvir sua opinião sobre as colocações feitas naquele documento. Ou seja, de que é preciso se estabelecer de uma forma justa essa questão da propriedade intelectual, da produção jornalística, que tem sido apropriada por empresas de buscadores (virtuais). Como o Senhor imagina que possa ser a solução para essa situação? Qual vai ser a evolução disso? Qual a sua visão a esse respeito?**

O que nós percebemos é que estamos entrando num momento da sociedade que é absolutamente incomum. Nós não estamos falando, apenas, de uma evolução. No meu entendimento, nós estamos falando numa revolução do processo de comunicação, que está, como se pode ver, atingindo muitos segmentos e atividades humanas nesse fim de século XX e começo de século XXI, sem falar na capacidade destrutiva que têm a internet e o ambiente da web - é o que os americanos chamam de *disruptive capacity* -, nós estamos vendo que o caso específico da condição de informar está, realmente, criando um ambiente diferenciado. Estamos verificando situações em que, nós, que éramos os editores, que éramos os porta-vozes por meio das nossas estruturas de comunicação, de poucos para muitos, dos *broadcasters*, dos editores de jornais, de poucos para muitos, nós estamos começando a viver um ambiente em que a transmissão da informação é de muitos para muitos. As barreiras de entrada no processo de editar a informação foram derrubadas. Hoje, você com um blog, você com o Twitter, você com o Facebook e tantos dos outros ambientes de informação das redes sociais que existem pode ser um comunicador. Como é que se instrumentam, como é que se organizam esses novos comunicadores nesse ambiente? E que tipo de fidelidade terão as informações que eles transferem? É aí que nós estamos entrando. Seja qual for o tipo de instrumento que venha a ser utilizado, você precisa ter o elemento confiança, o elemento fidedelidade, que é construído por profissionais qualificados, por empresas que estabeleçam ordem e regras para que os profissionais funcionem adequadamente, de acordo com os interesses de cada sociedade. Ora, ao fazermos isso nós estamos colocando em prática aquela série de valores que tem sido a norma que define a razão de ser dos meios de comunicação modernos, desde a Revolução Industrial. Os jornais, estabelecidos há cerca de duzentos anos, no século passado as emissoras de televisão, as emissoras de rádio, que obedecem a um conjunto de regras que estabeleceram uma deontologia dos meios de comunicação. Como é que nesta transição vão se defender os interesses da sociedade? Um dos pontos que está em discussão, mais seriamente, por exemplo, nos EUA, é o fato de que há um enfraquecimento da indústria no setor dos jornais que está tirando da democracia um elemento importantíssimo do seu processo de desenvolvimento:

quem é que em cada comunidade vai estabelecer as condições de vigilância, e vai estabelecer as condições de discussão adequadas?

**Aproveitando que o Senhor estava mencionando essa questão, um dos problemas que se vê hoje, não só no Brasil, não só da América Latina, mas no mundo inteiro, é a questão - e não apenas nos meios de comunicação - da regulamentação/desregulamentação. Vemos aí manifestações defendendo uma regulamentação dos meios de comunicação, da mídia, e, ao mesmo tempo, propostas de formas mais flexíveis de auto-regulamentação. Como o Senhor vê isto?**

Eu sou, francamente, partidário da auto-regulamentação. Existem inúmeras experiências pelo mundo afora de sociedades que conseguiram montar estruturas de auto-regulamentação que são satisfatórias. A condição de eu obter 100% de perfeição não existe, e nós sabemos, mas via auto-regulamentação conseguem-se elementos de reequilíbrio, que são necessários e importantes. Mas eu hoje gosto muito de citar um estudioso francês, que se chamava Claude-Jean Bertrand, e que passou décadas da sua vida estabelecendo o que ele chamou de *media accountability systems*. Eu dizia que sou, francamente, a favor da auto-regulamentação, e por meio de muitos instrumentos que a própria sociedade estabelece, num ambiente democrático e com relação entre os meios de comunicação e a sociedade, preservados os interesses da democracia. O que nós estamos vivendo hoje é um tal volume de informação, que as repercussões dessa situação ainda estão sendo estudadas em vários campos. O campo sociológico, o campo técnico, o campo político, o campo econômico e que ainda não tem equações definidas. Vamos a um aspecto dele. Hoje, os meios de comunicação do mundo inteiro montaram uma malha preparada, capacitada profissionalmente a coletar, selecionar e editar, adequadamente, as informações que circulam por aí. Essa malha é uma malha de profissionais, que são profissionais bem remunerados e que constituem os núcleos de qualquer redação de jornal, de rádio, de televisão, ou até mesmo desses novos sites que começaram como blogs individuais e que depois foram crescendo e colocando mais profissionais atuando e que, à medida que estão se desenvolvendo, estão investindo. Como se protege o valor que é criado nesses organismos? Então vem a Declaração de Hamburgo, aí vem essa série de discussões que estão acontecendo na Europa, nos EUA, de como equacionar esse aspecto. Por quê? Já se disse e se diz que esse mundo de informações, pelo seu excesso, está conduzindo a desinformação. Hoje, mais do que nunca, o bom editor é absolutamente necessário. A nossa condição de jornalista é mais importante do que nunca. Alguém tem de separar o joio do trigo, e esse alguém tem que estar instrumentalizado por uma boa formação pessoal, por uma boa condição de entendimento das realidades da sua sociedade, das sociedades maiores. É um momento em que o localismo e o hiperlocalismo, que se discute muito, também têm muito significado. Nós sabemos muito bem o quanto se transfere através da internet de informações negativas, até ofensivas, de uma forma que é imensurável. Então, nós temos que encontrar a nova formatação, como é que nós vamos conseguir preservar esses equipamentos que são absolutamente necessários à democracia? E aí começam as discussões mais recentes.

**E como o senhor imagina que seja isso? Qual seja a resposta para isso?**

Há especulações. Se eu tivesse essa resposta eu estaria hiperbilionário, entende? Mas o que eu acho é que a gente está caminhando? Nós estamos caminhando para, de alguma forma, valorizar esse sentido de captação de informação. Mas deixa eu comentar com vocês um episódio recente. Há algumas semanas, eu estava em Viena (Áustria), no Comitê Executivo da Associação Mundial de Jornais, da WAN, que agora, vocês sabem que uniu-se com a IFRA, e hoje constitui a maior entidade do nosso setor. Nós estávamos numa mesa com o presidente da WAN, Gavin O'Reilly (Irlanda), o vice-presidente para substituí-lo (que é o presidente da IFRA), Horst Pirker (Áustria), e estavam alguns dos maiores *publishers* europeus, e eu propus uma rodada com eles: "O que é que vocês estão fazendo, e o que acham que devem fazer para valorizar o conteúdo de suas empresas?". Eu tive uma diversidade de posições. Não há, ainda, uma situação muito clara, todos entendem que é necessário a proteção disso. Como é que nós vamos preservar a qualidade da produção, se não a protegermos através da distribuição? E aí tem umas situações novas. Por exemplo, o Mathias Döpfner, CEO da Axel Springer, que é o maior *publisher* da Alemanha, disse "olha, em 15 de novembro, a nossa empresa passa a cobrar o telefone móvel". Quer dizer, parece que por aí, no *mobile*, já há uma definição. Döpfner estava dizendo isso. O Helsingin Sanomat da Finlândia, vai cobrar também. Já o Murdoch MacLennan, CEO do The Guardian, de Londres, e você sabe que é um grupo seriíssimo, estava procurando entender os caminhos, eles querem saber exatamente quais são as audiências que eles tem para poder, talvez, cobrar trabalhos específicos. Então, não há, na verdade, um rumo claro e definido. O que nos parece é que haverá uma reacomodação, existem apoios gigantes que nós conhecemos que estão aí, um deles que está se transformando num dominante, como o Google, e está criando uma maior dificuldade para os *publishers*, para que cobrem por suas informações, ele está procurando entrar em todos esses caminhos. Nós sabemos que a Google News não é mais do que um coletador de informações, a custo zero, transferidas para o ambiente da internet. Então, não há ainda respostas claras sobre esse assunto. Atualmente, há convicção de que, enquanto isso, os meios tradicionais irão se reacomodando, as plataformas das quais eles serão distribuídos poderão

ser alteradas, tanto no caso de jornal quanto de rádio e televisão, mas esta convivência com o mundo digital ainda será por alguns anos.

**Existe uma questão, decorrente desse novo ambiente que a gente está mencionando, muito real e que tem muitas implicações no Brasil, que é a presença das empresas de telecomunicações no ambiente da produção jornalística. Essa é outra questão que está sendo muito discutida pela atual gestão da ANJ, é o fato de que, no Brasil, nós temos aquele princípio constitucional do artigo 222, de que deve haver uma limitação de capital estrangeiro nas empresas jornalísticas, e, no entanto, em desrespeito a esse princípio constitucional, o que a gente vê são empresas de capital totalmente estrangeiro, ou majoritariamente estrangeiro, fazendo jornalismo. Como o Senhor analisa isso, como pode ser encaminhado? Por que é uma situação absolutamente inusitada de desrespeito à Constituição? Não é isso?**

Eu entendo que sim. Eu acho que no interesse de cada sociedade deve haver a busca de uma solução para essa situação. Eu tenho todo o respeito pela livre iniciativa, acho que as grandes empresas de telecomunicações buscam os seus caminhos do ponto de vista dos negócios, elas próprias estão sendo abaladas por todas essas mudanças. Nós sabemos o quanto tem havido de diversificação na maneira como elas operam no mundo inteiro, mas, por outro lado, muito dificilmente alguém entenderá melhor as demandas e os interesses da sociedade brasileira do que os operadores de informação e comunicação brasileiros. Eu não sou um xenófobo, mas eu acho que precisa haver algum tipo de regulação, e nesse caso, talvez, o caminho melhor seja estender a essa visão uma como uma visão semelhante àquela que existe hoje nos meios de comunicação, permitindo uma participação minoritária das telecom neste setor. Há um elemento diferenciado, como se estabelece o controle efetivo dessa operação. Você pode ter o seu núcleo de produção para assuntos brasileiros em São Paulo ou em Hong Kong. Nada impede que, tecnologicamente, isso seja feito. Colocando aí um elemento de caráter social e político que também precisa ser adequadamente avaliado. Se as telecom quiserem entrar no campo de comunicação e produção de conteúdo só poderão fazê-lo associando-se minoritariamente a operadores brasileiros.

**Os jornais podem ter até 30% conforme a legislação prevê. Agora, para que isso ocorra precisa haver, por parte do Estado, o empenho para que a legislação seja cumprida, porque, hoje, há um descumprimento, é como se não houvesse a legislação, é um desrespeito claro a ela.**

Acredito que é um daqueles pontos cruciais que nós vamos enfrentar agora. Nós estamos passando, o sistema financeiro mundial passou por uma crise que todos já conhecem como a maior desde a quebra da Bolsa de 1929/30, porque houve certa lassidão de regulamentação, que acabou levando ao ponto em que as sociedades perderam o controle sobre os sistemas financeiros. Fala-se na necessidade dessa regulamentação. O ponto difícil é encontrar uma regulamentação que atenda os interesses da sociedade em geral. Nós estamos, agora, às vésperas de uma conferência de comunicação, que deve acontecer em dezembro, e está sendo suportada pelo governo, e alguns atores que devem participar defendem a visão de que o Estado se sobrepõe à visão do indivíduo. Há, por trás de algumas capas, o chamado de emissoras públicas e nós sabemos que existem outras situações. E esse é um ponto delicado. Eu entendo precisamos, que o nosso setor precisa evoluir, e em alguns campos nós temos sido um pouco reacionários a modificações, a aberturas e a modernizações, mas sempre, preservar o processo de que o Estado não pode se sobrepor aos interesses da sociedade. E até esse momento a sociedade só é bem representada, ou tem sido representada quando a comunicação é operada pela iniciativa privada ou por entidades que fiquem liberadas de qualquer opressão, pressão ou fiscalização do Estado.

**O Senhor foi homenageado com a inauguração do parque gráfico da RBS, Parque Gráfico Jayme Sirotsky. É o maior parque gráfico inaugurado, em muitos anos, na América Latina.**

É um parque moderníssimo, do ponto de vista de investimento não é tão relevante, mas qual é a visão da RBS a propósito disso? Nós temos hoje, por meio de oito jornais diários, uma relação muito significativa com as comunidades às quais servimos, e nós, independentemente da visão futura, da plataforma em que se distribuirá a informação, achamos que, enquanto nós tivermos a operação da plataforma papel - e achamos que isso acontecerá por bastante tempo, em especial no Brasil -, precisamos servir os nossos usuários da melhor maneira possível. Não é o fato de que nós sejamos líderes neste ou naquele mercado que isso fará com que fiquemos desatentos a essa circunstância. Então, resolvemos investir porque nós queremos que essa nossa posição de qualidade de serviço seja preservada. E que o usuário de nossos serviços receba sempre o melhor possível.

**Isso é uma aposta na vigência da mídia impressa em um horizonte previsível?**

Eu tenho, ao longo dos anos, assistido a alguns profetas que ficaram um pouco de lado, e vou mencionar um deles que é de reconhecida competência, o Nicholas Negroponte, que é presidente do *MIT Media Lab*, - a primeira vez que veio ao Brasil foi à convite da RBS, em 1991 -, fez conosco dois encontros, um encontro que proporcionamos aberto a todos os nossos colaboradores e à comunidade, e um outro apenas com a diretoria da RBS. Nesse mais fechado, ele nos disse com todas as letras, "vendam ou fechem os jornais de vocês, porque em dez anos não vai haver mais jornal, notícia em papel". Foi uma profecia furada, já faz quase vinte anos e os jornais estão aí, com

extrema vitalidade, com problemas circunstanciais - não podemos desconhecer -, mas não podemos ser avestruzes com o pescoço enfiado na terra. A longevidade do jornal está sendo muito maior do que aquela profetizada por um homem fantástico como é o Nicholas Negroponte. Então, nós acreditamos que o jornal, na plataforma papel, ainda tem um período importante de sobrevivência. Nós estamos presenciando, agora, os leitores eletrônicos - que também não são novidade, pois eu há quinze anos fui apresentado a um, quando estava ainda completamente fora a possibilidade de ser utilizado -. Nós temos aí a *Amazon* com o *Kindle*, a *Barnes&Noble* com o seu, a *Sony* com o seu, mas ainda em processo de iniciação.

**Há mais de dez anos o Roger Fidler, de Boulder, Colorado, já apresentava aqueles protótipos dele, de jornal eletrônico, que nunca se viabilizaram.**

Você tem esse caso e tem tantos outros. Não podemos deixar de ficar atentos a isso, e veja, aí, a qualidade da informação e a confiança na fonte. Quando se trata de notícia, veja quais são as fontes mais consultadas no mundo inteiro. Em um dos nossos encontros anuais, há anos, e sabe que a gente desenvolve a ideia de multimídia aqui há muito tempo na RBS, em que houve apresentações do nosso grupo de televisão, de rádio, de jornal, antes mesmo da internet, e nós tínhamos aqui o nosso diretor de comercial de jornais - um cara muito conhecido que se chamava Madruga Duarte, que fez uma apresentação apaixonada do jornal, e depois que terminou disse "ninguém desliga o jornal". E deixou aquela frase no quadro, e nós tínhamos um coffee break e quando voltamos do intervalo algum moleque da televisão tinha colocado assim "mas também ninguém limpa o rabo com a tv!".

**A ideia era ouvir a uma pessoa como o senhor, com sua experiência e o que é interessante, porque o senhor tem a experiência, mas parece que ficou um pouco incomodado, no início, quando o Müller disse que o Senhor é decano...**

Eu não fiquei incomodado, porque fui chamado à realidade. Uma das coisas de que me orgulho, pessoalmente, é de ter instituído, estabelecido, na da RBS uma cultura de abertura para o mundo FIM